

**REQUERIMENTO** Número / ( .ª)

**PERGUNTA** Número / ( .ª)

Expeça - se
Publique - se
O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

**Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República**

O Grupo Parlamentar do PCP tomou conhecimento de vários problemas com que se confrontam os trabalhadores que prestam serviço à GALP, na Accenture, nomeadamente em tarefas de atendimento ao cliente e back office.

Estes trabalhadores prestam serviço à Galp, através da Accenture, sendo na verdade contratados pela Randstad. Verificamos aqui várias contrações e subcontrações de serviço, sendo que quem fica prejudicado é sempre o trabalhador.

Estes trabalhadores auferem o salário mínimo nacional como salário base, tendo alguns um prémio adicional de assiduidade ou produtividade, atribuído através de critérios altamente subjectivos.

Como temos vindo a verificar, a utilização destes “prémios” flutua conforme a vontade da empresa, e tão depressa são atribuídos como são retirados. No passado mês de Novembro, foi proposto pela empresa a vários trabalhadores que auferiam um prémio de assiduidade de 25€ que este passasse a fazer parte do seu salário base.

Estamos perante uma tentativa clara de contornar a lei e o previsível aumento do salário mínimo, evitando um aumento real dos salários dos seus trabalhadores. Incorporando agora este «prémio» no base, coloca-o acima do novo salário mínimo, evitando qualquer aumento salarial decorrente do aumento do salário mínimo.

Por outro lado, o PCP considera inaceitável que a GALP não assuma qualquer responsabilidade sobre estes trabalhadores, tratando-os como material “descartável” quando, de facto, contribuem com o seu trabalho para a sua riqueza e lucros (e quando esses lucros foram de 483 milhões de euros em 2016).

Na verdade, o recurso à prestação de serviços para a garantia de necessidades permanentes da GALP, promove a precariedade com o objetivo de impor aos trabalhadores subcontratados

menos direitos e salários menores do que os trabalhadores que integram o quadro da GALP. É um modelo que tem florescido nos últimos anos, e que muito tem contribuído para uma crescente exploração dos trabalhadores e um aumento sistemático do lucros pilhados pelos capitalistas.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais e constitucionais aplicáveis, solicitamos ao Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, os seguintes esclarecimentos:

1. Que acções inspectivas realizou a ACT ao Call Center da GALP – Edifício da Accenture no Amoreiras Square - e quais os resultados das mesmas?
2. Que apuramento e conclusões fez a ACT sobre o recurso à precariedade e subcontratação de trabalhadores nos Call Centers da GALP?
3. Ao abrigo de que disposição realiza a GALP o contrato de subcontratação de serviços para a supressão de necessidades permanentes da empresa?
4. Está o Governo disponível a desenvolver acções que impeçam de forma efectiva este recurso à falsa prestação de serviços por parte de empresas como a GALP?
5. Que medidas vai tomar o Governo para impedir o recurso pelas empresas a manobras fraudulentas como as descritas para fugir à actualização dos salários que emana do aumento do salário mínimo nacional?

Palácio de São Bento, 11 de janeiro de 2018

Deputado(a)s

RITA RATO(PCP)